Capítulo XIV

As perspectivas para o capitalismo autoritário

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. As perspectivas para o capitalismo autoritário. pp. 212-229. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE III CONCLUSÕES

Capítulo XIV

As perspectivas para o capitalismo autoritário

Os debates

Apesar da existência de um regime autoritário, o capitalismo autoritário no Brasil nestes últimos anos tem sido um tanto empiricista na tomada de todos os passos adiante logicamente necessários para o seu pleno amadurecimento. Isso é indicado pela ausência de uma ideologia autoritária consistente tal como tendeu a surgir durante o Estado Novo. As formulações doutrinárias do principal centro ideológico do regime são tão formalistas e abstratas que pareceriam aplicáveis a quase qualquer regime em qualquer ponto da história.

Essa ausência de uma ideologia e de uma estratégia política autoritárias globais e consistentes tem paradoxalmente confundido a maioria dos críticos e analistas do regime, que têm identificado as características de fases particulares do seu desenvolvimento com o próprio regime. Assim, quando nos anos 1964-67 uma política parcialmente liberal do ponto de vista econômico foi levada a cabo (e também um certo rearranjo necessário dos aparelhos legal, administrativo e financeiro), a qual resultou em muitas falências e em estagnação econômica, isso foi imediatamente percebido por muitos críticos como um traço essencial do regime, do capitalismo “dependente”, do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, do interesse do imperialismo em manter o Brasil atrasado etc.

Com a retomada do crescimento econômico acelerado em 1968, a crítica tendeu gradativamente a centrar-se na extrema concentração da renda e na prioridade dada às exportações em detrimento do desenvolvimento do mercado interno através duma melhor distribuição da renda.

Essas características sem dúvida existem. Todavia, os críticos não prestam atenção ao fato de que as raízes dessas tendências são na maioria dos casos anteriores ao estabelecimento do regime, e também que não é impossível imaginar pelo menos uma certa reversão parcial dessas tendências como não sendo necessariamente incompatíveis com o regime. Assim, ao invés de combatê-lo, parecem lutar contra as suas sombras sucessivas. Ao mesmo tempo subestimam o regime ao confundi-lo com fases particulares do seu desenvolvimento, e o superestimam supondo que tenha inaugurado (ou pelo menos reinaugurado) o autoritarismo no Brasil.

Como mencionamos, a ausência de uma ideologia e de uma estratégia política autoritárias globais e consistentes contribui para essa confusão. Mas isso já indica que essa ausência talvez não seja necessariamente “disfuncional” para o capitalismo autoritário sob a sua atual roupagem de um regime autoritário. Por um lado porque no atual período histórico render homenagens à democracia constitui uma poderosa argamassa. E o que é mais, se deixarmos de lado ocasionais “erros” e “desvios” em relação a uma política autoritária consistente, as coisas têm funcionado na verdade quase como se o capitalismo autoritário tivesse que explorar toda possibilidade para o seu desenvolvimento (particularmente para a acumulação de capital) plenamente, apenas avançando e tornando-se mais sofisticado quando isso se mostra objetivamente necessário; não devido a qualquer pré-concepção doutrinária. Acima de tudo, é como se o capitalismo autoritário só domasse o seu caráter “selvagem” tornando-se mais preocupado socialmente na medida e quando a isso é forçado, inclusive pelo crescimento da oposição. Mas ao mesmo tempo, é exatamente a capacidade que tem demonstrado para se adaptar nos momentos certos que tem confundido os seus críticos. A escolha do momento certo é essencial, pois se não se mover adiante cria contradições, o mesmo acontece com o avanço, e assim os custos comparativos têm que ser constantemente pesados.

Isso não significa, no entanto, que uma ideologia autoritária mais completa não possa desenvolver-se eventualmente. Pelo contrário, às vezes é necessário aguardar um certo irromper de contradições para convencer todo um bloco histórico a mudar pelo menos parte de sua elite política e avançar, apesar do preço que a curto prazo possa ter que ser pago, eventualmente pela própria classe dominante. Partidos e facções poderão entrar em choque em torno disso, por vezes até violentamente, o que poderá até dar a algum crítico apressado a impressão de que o sistema (e não

apenas uma certa elite ou no máximo o regime) está sendo superado. Mais uma vez, no entanto, pode não ser sábio apostar em uma impossibilidade essencial do autoritarismo amadurecer plenamente.

Como no capitalismo autoritário (tal como na transição da dominância de um modo de produção para a de outro) o que é “necessário” nem sempre se dá “automaticamente”, a própria crítica parece ajudar o capitalismo autoritário, através de uma espécie de cooptação da produção intelectual e ideológica (sem falar da eventual cooptação dos seus próprios produtores), nos seus ajustamentos regulares através de mecanismos políticos e administrativos. Pelo menos ajuda a indicar quando os limites de uma certa fase estão sendo alcançados (no caso do Brasil por vezes pela impressão que a crítica possa causar no corpo de oficiais das forças armadas); particularmente porque ao que tudo indica a consciência dos funcionários governamentais eles mesmos não parece em geral marchar muito adiante da política implementada em cada momento. O fato de o sistema funcionar, apesar dessa ausência de consciência é de certa maneira um sinal de força, não de fraqueza, que contrasta com a situação inversa ocorrida no Estado Novo.

O atual debate sobre a concentração da renda ajuda a revelar a natureza do regime e o papel da crítica (Lopes, 1973). A desigualdade, obviamente, é uma característica inerente ao capitalismo, ainda mais no caso do capitalismo autoritário, que incorpora fontes anteriores de desigualdade. Com a quebra dos mecanismos usuais de defesa econômica dos trabalhadores essa característica intensificou-se depois de 1964. O sistema explorou até o limite a possibilidade de acumulação de capital baseada na “compressão salarial” dos trabalhadores, ao mesmo tempo que permitia a um amplo setor das camadas médias participar em parte dos frutos desse excedente em expansão¹. Todavia; isso tem os seus limites. Apesar das dificuldades que os trabalhadores encontram para se defender apropriadamente, depois de um certo ponto a “compressão salarial” reflete-se na própria economia: surgem uma série de mecanismos de resistência passiva, podem se dar irrupções espontâneas de violência, os setores

¹ O que não torna as camadas médias em geral necessariamente parte do poder e demonstra os riscos de confundir-se todos os *beneficiários* (alguns até possivelmente eventuais) do poder com os *detentores* do poder.

“tradicionais” da indústria (vestuário, sapatos etc.) não conseguem colocar a sua produção e têm de depender de exportações nem sempre certas, etc.

Por outro lado, quando as coisas atingem esse ponto parece haver alternativas aplicáveis, tais como uma extração de mais-valia mais distribuída por entre todo o conjunto de assalariados e uma ênfase maior na mais-valia relativa. Isso pode não ser tão brutalmente eficiente, pois as camadas mais baixas provavelmente não acumularão muito de qualquer renda adicional, mas não significa que um novo equilíbrio não seja alcançável, se se demonstrara necessário. Não se trata, obviamente, de supor a reversão da tendência mais geral e estrutural à desigualdade, mas de ênfase, o que no fundo é o caso também na própria discussão havida sobre concentração da renda. Pode-se duvidar de forma razoável que a concentração da renda tenha de ser seguida fatalisticamente até que o sistema simplesmente arrebente sem que nada seja feito; sobretudo se ponderáveis razões econômicas (além de políticas) para se fazer algo existem. Oliveira (1972: 81-82) diz que nada pode ser feito pelo sistema simplesmente porque a burguesia jamais abrirá mão de sua “perspectiva da acumulação”. Mas se, como ele mostra, os resultados desse processo são desastrosos, por que será inevitável nada ser feito dentro dos limites do que é necessário e possível para o sistema? Mais uma vez o economicismo e a imagem implícita do capitalismo, baseada no modelo liberal-burguês, distorce o quadro e contribui para mais confusão na medida em que o sistema não caia no desmoronamento apocalíptico (apesar de possíveis perturbações significativas) que é por vezes predito.

Todavia, é fato que o regime autoritário tem levado tempo para desenvolver a sua “face social” através de uma ideologia e de uma política social de longo prazo amadurecidas. Já mencionamos que isso tem a sua lógica, mas tem contribuído para as profecias apocalípticas. A oposição mais relevante surgida nos últimos anos é exatamente a que chama a atenção para essa “deficiência”, por vezes colocada em termos de “injustiça social”. O simples fato de esse tipo de oposição, apesar de certos conflitos em casos extremos e individuais, ser em grande parte tolerada, pode indicar que não há um conflito essencial entre aquilo por que clama e a natureza do próprio regime, somente um “erro” da parte desse ou de facções radicais que eventualmente ganhem supremacia no seu seio alterando essa situação. De certa forma (e com algumas exceções importantes) a maioria dos debates parece ser conduzida dentro do mesmo campo ideológico e político.

O interesse social da maior parte dos funcionários da Igreja Católica, por exemplo, é claramente paternalista e autoritário, embora isso não exclua a possibilidade a longo prazo e dependendo das circunstâncias de uma facção radical dentro da Igreja tornar-se hegemônica. No momento, no entanto, a repressão que caracteriza o regime reforça a necessidade de respeitar os limites desse campo, mesmo para a maioria dos indivíduos cujas convicções pessoais possam ir além. Uma oposição que poderia representar uma negação mais profunda do capitalismo autoritário seria uma oposição burguesa. Efetivamente, no final de 1974 a crise econômica internacional e a passagem, internamente, a uma nova etapa do desenvolvimento em que a chamada indústria pesada (em que em geral o Estado é produtor direto) ganha nova prioridade, parece estimular uma tal oposição. Esta seria como que a realização prática da teoria do “autoritarismo transitório”, a burguesia fortalecida pretendendo agora assumir diretamente o comando do Estado. Todavia, esse movimento é contraditório, já que essa oposição parece revelar, exatamente, a fraqueza relativa da burguesia como força autônoma e a sua dependência crescente em relação ao Estado, daí derivando as pressões para que esse a sustente numa conjuntura desfavorável. Por outro lado, o seu jogo político parece revelar o quanto que a face “democrática” da burguesia é episódica e secundária, dependendo das possibilidades de alianças que lhe são oferecidas para conseguir maior apoio do Estado. Combinados esses dois aspectos, a oposição burguesa, mesmo se relativamente bem sucedida, não pareceria implicar numa superação do capitalismo autoritário, embora no plano tático possa eventualmente aliar-se a forças democráticas².

O problema está em que em geral essas questões não são vistas com clareza. Se o fossem, esticar, por exemplo, os limites do “possível” dentro do campo político e ideológico dominante (aí incluído o eventual fortalecimento da oposição parlamentar) poderia servir como uma tática política legítima. Só que ao invés de supor que o que está sendo apresentado representa uma negação do sistema no que tem de mais

² Isso nos faz lembrar a descrição que faz Franco Venturi dos liberais russos do século XIX no seu livro clássico sobre o populismo (1972: 75): “Estes liberais, efetivamente, exigiam mais um Estado de direito do que a liberdade política. Acreditavam mais nos órgãos do Estado, nas leis e na magistratura do que numa constituição ou na luta política aberta. Insistiam mais nas garantias jurídicas do que na liberdade de imprensa. E, não o esqueçamos, não viviam apenas na época de Alexandre II, mas na de Napoleão III e de Bismarck.”

profundo, seria então visto como uma maneira de forçá-lo a desenvolver a sua lógica interna, aí incluída a sua “face social”, o que na verdade amadureceria o autoritarismo, dando-lhe maior respaldo para resistir às pressões burguesas no que elas contêm de estreiteza e imediatismo³. Isso poderia dar origem a novas contradições mais adiante no tempo, que abririam novas perspectivas políticas. Ao invés de apostar no fracasso catastrófico do sistema, preferir-se-ia então tentar utilizar os resultados do seu “sucesso” relativo para superá-la. Obviamente, no entanto, os critérios para se julgar o “sucesso” desse ponto de vista não precisariam ser as intenções declaradas do governo, em geral carregadas de ufanismo.

No caso da ocupação da Amazônia, por exemplo, tem havido uma tendência a simplesmente não acreditar que haja uma possibilidade séria de que tal se dê. Essa atitude, no entanto, de certa forma trai o temor de que possa vir a ser pelo menos parcialmente bem sucedida, mesmo que não alcance os padrões colocados pela propaganda governamental. Seria isso necessariamente negativo de um ponto de vista pós-capitalista? A nossa perspectiva comparativa parece mostrar que tal não é o caso, apesar de temores e confusões semelhantes despertados pelo desenvolvimento capitalista autoritário.

No caso particular da formação de um campesinato, Tepicht, lançando mão de uma hipótese-limite, (1969: 66) argumenta:

Quanto mais a reestruturação agrária – sob a forma de redistribuição de terras – é consequente, mais as chances de cristalização em favor das forças democráticas de esquerda se multiplicarão. Essas idéias do mestre da estratégia revolucionária (Lênine) nos vieram ao espírito depois que um interessante estudo do regime agrário no Brasil nos inspirou a seguinte questão: a passividade política da população rural em muitas regiões da América Latina não se explica em grande medida pela precariedade de seu estatuto que pode mudar muitas vezes no decorrer da vida de um só homem? Uma “classe para si” tem poucas possibilidades de surgir num tal contexto (...) Como explicar, por exemplo, o surpreendente aumento das terras cultivadas no Brasil (de 19 milhões para 29 milhões de hectares entre 1950 e

1960, segundo os Anuários Estatísticos desse país) e sobretudo o fato de que 2/3 desse aumento digam respeito às pequenas explorações, pouco privilegiadas (...) se se mantiver a tese de que a aspiração a uma economia familiar na agricultura é estranha à maior parte dos campos sul-americanos?

Somente não concordaríamos com Tepicht em supor que o simples aumento numérico do campesinato seria necessariamente um fator positivo; embora a sua posição sirva como um contraste interessante e revelador às teorias conservadoras sobre a influência estabilizadora do desenvolvimento de uma “classe média” (rural e urbana). Já mencionamos como que no capitalismo autoritário um campesinato pode constituir até uma base de massa para o fascismo. Em nossa opinião a questão da autonomia e da *trajetória social*, seja dada sociologicamente ou engendrada politicamente, é crucial na determinação de seu papel político. Todavia, nos comentários de Tepicht sobre o Brasil a referência ao aumento na área cultivada já aponta para a *fronteira* e o *campesinato de fronteira*, além de revelar uma sensibilidade admirável ao apresentar uma sugestão sobre a importância da economia familiar que contrasta claramente com a visão oposta de Gunder Frank e mesmo de muitos observadores brasileiros.

A “Besta-Fera”

Em nosso trabalho de campo na região de *fronteira* de Marabá coletamos material de natureza ideológica que parece fornecer uma indicação sobre a disposição do novo campesinato de *fronteira* capaz de servir como uma ilustração das consequências paradoxais do desenvolvimento capitalista autoritário.

Deve ser dito que de acordo com recentes investigações entre moradores na Zona da Mata de Pernambuco (Palmeira, a sair; Sigaud, a sair *a e b*) parece haver entre eles uma clara tendência à idealização do *passado* em contraste com o *presente*. Isso se liga aparentemente ao processo de transformação da velha *plantation* paternalista em empresa capitalista e as consequências que isso acarreta para eles.

Esse processo parece despertar entre os moradores uma espécie de busca por um “bom patrão” perdido que por vezes constitui um fundamento para a migração. Em última análise deslocariam a imagem do “bom patrão” de qualquer empregador concreto para o governo, que se espera ser um “pai

³ Talvez aí resida o mérito paradoxal do último livro de Hélio Jaguaribe (1974), demonstrando em termos programáticos a possibilidade lógica de absorção pelo sistema das teses supostamente radicais da esquerda brasileira, o que coloca em dúvida a própria radicalidade dessas proposições.

de todos”. Isso por sua vez provavelmente se liga à quebra do velho sistema combinada com a intervenção governamental (sobretudo em momentos de crise) para tentar sustentá-lo e dar alguma assistência à força de trabalho (além da decretação mais recente de uma legislação governamental que se supõe doar-lhes certos direitos).

Aparentemente essa atitude não é típica apenas no Nordeste. É muito disseminada nas áreas rurais, parecendo prevalecer mesmo entre indivíduos recentemente urbanizados, constituindo uma das bases ideológicas do populismo. Não seria difícil encontrar paralelos com outras situações capitalistas em que um campesinato é apanhado em meio a um processo de mudança em que a sua relativa “segurança” anterior é gradativamente perdida. Em situações capitalistas autoritárias, onde apesar de mudanças e de uma trajetória social descendente o campesinato não desaparece, provavelmente vincula-se a uma posição estatal ideologicamente paternalista (e em alguns casos pode até eventualmente fornecer as bases de um apoio de massa para o fascismo)⁴.

Na região de Marabá, no entanto, não é esse o caso entre os camponeses ligados à colonização “espontânea” imediatamente anterior à Transamazônica. De acordo com nossas observações parece ocorrer exatamente *o oposto*: uma atitude muito negativa em relação ao passado e uma grande satisfação com a sua atual “liberdade”.

O *passado* é identificado com o tempo em que havia a escravidão ou, como dizem, o *cativeiro*, de que ouviram falar através dos mais velhos nos seus locais de origem. Segundo eles, quando havia o *cativeiro* tinha-se que trabalhar em troca de nada, apenas recebendo comida e algumas roupas. Não podiam deixar o local onde trabalhavam. Comparado a isso, a situação presente é muito mais favorável, apesar de todas as dificuldades. Podem mudar-se quando sentem vontade, podem decidir quando e como vão trabalhar. Caso se sintam doentes e não queiram trabalhar podem fazê-lo sem dar satisfações a ninguém. São deixados em paz.

⁴ De acordo com Sigaud (a sair, b) nas suas lamentações a respeito de suas privações atuais os trabalhadores nas *plantations* sempre as vêem como resultando do fato de os senhores de terra não lhes darem aquilo que o governo mandou que lhes fosse dado. Assim, o governo nunca é considerado responsável pelas suas privações. Isso não é tão diferente das fantasias camponesas frequentes na história sobre os homens maus que se inter põem entre eles e o soberano.

Trata-se sem dúvida de um contraste muito significativo com o que tem sido registrado entre moradores no Nordeste, apesar do fato de as categorias cruciais manipuladas (tal como a de *cativeiro*) serem comuns a ambas as áreas. Isso pode também ser percebido indiretamente através de observações feitas por alguns empresários sobre as perspectivas para a grande empresa na Amazônia: dizem preferir a força de trabalho vinda diretamente do próprio Nordeste, pois é mais “disciplinada” do que o povo do Maranhão com quem não se pode contar.

Até este ponto o que encontramos em Marabá não parece tão diferente da ideologia usual do camponês marginal e assim representa num nível ideológico a face complementar e oculta do sistema de repressão da força de trabalho. Embora jamais tenha havido estudos sistemáticos a respeito, pelo que se depreende da sua imagem (inclusive na literatura e no folclore) isso é semelhante à perspectiva tradicional do caboclo e do caipira. O que não quer dizer, a propósito, que a perspectiva do marginal e do morador das *plantations* coloquem-se num contraste absoluto: é provável que para ambos esses tipos sociais coexistam atitudes ambivalentes. Embora possam ser contrastados em termos de suas atitudes dominantes, uma mudança de situação pode provocar o surgimento de novos padrões de comportamento que parecerão surpreendentes caso se ignore o seu germe oculto.

É interessante mencionar a propósito outro sentido em que a marginalidade também funcionou como um aspecto complementar do sistema de repressão da força de trabalho, não apenas em termos “reais”, mas num nível ideológico. Robert Merton (1966: 154-55), falando do *retraimento* (*retreatism*) como um modo de adaptação, segue Kardiner sugerindo que figuras da cultura popular como Carlitos podem servir como “fonte de gratificação no terreno da fantasia” ao oferecer a todo homem a ideia de que ele poderia optar por ser um marginal. De forma análoga, no folclore brasileiro aparece a figura popular de Pedro Malazarte. Malazarte é malandro, oportunista, sempre capaz de ganhar a vida sem se esforçar e enganando aqueles que trabalham. As histórias de Pedro Malazarte são muito populares no meio rural brasileiro e parecem servir como uma espécie de compensação ideológica à repressão da força de trabalho, ao autoritarismo e à estrutura da patronagem (Da Matta, a sair), revelando que mesmo quando as formulações mais formais a respeito das relações sociais

não revelam a primeira vista os pontos de tensão, estes sem dúvida existem e há um custo social envolvido na sua aceitação.

A atitude dos camponeses da colonização “espontânea” na região de Marabá em relação ao *futuro* pode também ter um elemento comum com os camponeses tradicionais: receiam a “volta do *cativeiro*”. Na verdade, juntamente com o apego a sua “liberdade” isso pode ajudar a explicar um fenômeno que tem intrigado os estudiosos há muito tempo e que tem a ver com uma certa tendência prevalecente entre os brasileiros das camadas inferiores a uma constante e aparentemente inexplicável migração que já levou em outros tempos à suposição de um “instinto migratório atávico” herdado dos índios. Em nossos termos, na verdade é como se a partir de uma atitude de desconfiança básica no sistema estivessem sempre fugindo da possibilidade de serem apanhados e postos no *cativeiro* ou em qualquer estrutura que a seu ver se lhe assemelhe ou possa indicar uma tendência para a sua realização.

Na região de Marabá encontramos casos significativos. Embora a migração para essa área seja de certa maneira uma alternativa à migração para o Centro-Sul, existem pessoas que já viveram no Centro-Sul. Uma delas explicou que conseguira um bom emprego em São Paulo. Trabalhava numa das grandes fábricas de automóveis e gozava de todos os benefícios e vantagens que poderia imaginar: bom salário, boa comida, assistência médica etc. Apesar disso tudo simplesmente não pode acostumar-se a ter um horário de trabalho rígido e a ter de submeter-se a uma exame médico sempre que não quisesse trabalhar por sentir-se “doente”. Deixou o emprego e foi para o Norte. Em Marabá é na verdade muito comum os camponeses manipularem a categoria de “doente” e não irem trabalhar. Isso não quer dizer que não trabalhem muito, mas aparentemente é muito importante para eles sentirem que podem alocar o seu tempo e a sua energia de acordo com a sua disposição e essa manipulação serve para reafirmar a existência dessa possibilidade.

Esse tipo de atitude no que tem de mais geral parece ser comum tanto ao camponês marginal brasileiro tradicional quanto à resistência mais clássica do pequeno-burguês contra a proletarianização. É também possível que no caso do indivíduo que decide migrar de uma área de *plantation* possa até coexistir e conflitar internamente com a *atitude oposta*: a busca de um “bom padrão”. Certamente mostra – como quereria Tepicht em

contraste com outros autores – que no Brasil o anseio por um modo de vida camponês independente é muito forte, apesar e talvez exatamente *por causa* da dominância da *plantation*.

Na região de Marabá encontramos que a “volta do cativeiro” é vista como algo que deverá se dar através da *Besta-Fera*, tal como esse personagem é descrito no Apocalipse. A *Besta-Fera* pode ser identificada com os ricos, o governo⁵ e em alguns casos com estrangeiros. O sinal de que esse tempo estaria se aproximando é visto nas tentativas dos grandes proprietários de tomar a sua terra, o que em muitos casos já havia sido o motivo para deixarem o Maranhão. É também visto em qualquer *interferência* nas suas vidas, particularmente por parte do governo.

Aparentemente a ideia da “volta do cativeiro” coloca-se como uma representação ideológica do duplo temor da *expropriação* e da *proletarianização*. No caso do governo toma-os acentuadamente desconfiados em relação ao esquema de “colonização planejada” do INCRA. Essa atitude marca um contraste extremamente significativo com a imagem paternalista do governo que prevalece em outras áreas. Devido a toda a conversa (principalmente através do rádio) que ouvem contra o comunismo e como ele não permite as pessoas trabalharem para si mesmas, movimentarem-se, receberem pagamento pelo seu trabalho etc., *identificaram o comunismo como uma variante do cativeiro*. E em vista da atividade governamental recente na área há mesmo uma tendência a identificar o comunismo como o próprio governo. Como o comunismo é apresentado como uma ameaça grande e real, há conversas entre eles no sentido de que talvez o atual governo tenha se tornado comunista e tentará jogá-los no *cativeiro* através do INCRA, pondo-os a trabalhar para ele⁶.

⁵ Em um dos períodos de campo do pesquisador em 1969 correu o boato de que seria o “enviado da *Besta-Fera*” que se temia ser o Presidente então recém-empossado.

⁶ Uma demonstração da atitude de desconfiança e de como uma ação política engendrada num determinado meio sofre necessariamente uma refração ao penetrar em outro meio, a qual pode eventualmente ser bastante inesperada, é fornecida por um episódio ocorrido num povoado camponês quando da inauguração do trecho da Transamazônica que vai até Marabá em 1971. Coincidiu a época da inauguração da rodovia com a exibição em Marabá de um filme sobre vampiros que causou grande impressão entre alguns moradores do povoado que o assistiram. No dia da inauguração da rodovia foram vistos atravessando a nova estrada na direção de Marabá um grande número de “carros pretos”, certamente ligados à comitiva presidencial. Imediatamente surgiu a notícia no povoado de que estavam chegando *vampiros*

A categoria *cativeiro* parece assim representar uma *chave* importante e inesperada para a compreensão do funcionamento do sistema: repressão da força de trabalho, marginalidade, migração. Pode mesmo ajudar a compreender certas manifestações de *preconceito racial*. A população regional é na verdade bastante misturada racialmente. Todavia, são capazes entre eles de distinguir socialmente entre “pretos” e “brancos”. Sabem que o *cativeiro* anterior tinha como seu objeto os “pretos”. Segundo eles, quando terminou o *cativeiro* os “pretos” misturaram-se com todos os “pobres”. Devido a essa mistura acreditam que se o *cativeiro* voltar, provavelmente não será capaz de distinguir entre “pretos” e “brancos” e incluirá todos os “pobres”; apesar de considerarem que os verdadeiros “pretos” são uma minoria entre eles, a maioria dos tipos intermediários sendo classificados como “brancos”. Ainda assim, no entanto, há uma tentativa de tentar separar ou evitar essa mistura, embora sejam muito pessimistas quanto a essa possibilidade. Segundo eles (e de uma forma muito *turneriana*) a mistura é muito maior nos novos povoados de *fronteira* do que costumava ser em tempos anteriores nos seus locais de origem. Todavia, fica clara a permanência de um certo preconceito racial.

Embora a matriz ideológica principal desse campesinato recém-desmarginalizado e do campesinato marginal tradicional seja semelhante, algumas diferenças de conteúdo parecem surgir. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer na distinção *centro-beira* que examinamos no capítulo anterior, a percepção *turneriana* de sua atividade, ao contrastar o *centro* como lugar de *trabalho duro* em oposição à *beira*, esta sim o *locus* de um campesinato marginal, caracterizada pelo lazer e pelo trabalho pouco e fácil que garante a subsistência mas não a ascensão social. Além do mais, voltando às suas imagens do tempo, deve ser visto que a situação presente e a sua projeção para o futuro não são imaginadas pela maioria apenas como uma maneira de não serem incomodados e de se manter isolados. São

à região, cuja técnica consistiria em oferecer bombons às crianças para a seguir agarrá-las e chupar o seu sangue. Estabeleceu-se um pânico generalizado com os homens se armando e as mães buscando os seus filhos. Meses depois o episódio ainda era comentado. Não deixa de ser curioso o contraste entre a visão nacional da inauguração da Transamazônica como um marco histórico e um efeito local que esse mesmo ato provocou. Quanto aos projetos do INCRA, Almeida verificou que os próprios camponeses neles já assentados também tendiam a identificá-los com o *cativeiro*, o que parece revelar a sua característica de uma tentativa (aparentemente frustrada) de criar uma *não-fronteira* sociológica em meio a uma *fronteira* física.

também vistas como *um meio legítimo e desejável de encontrar um lugar na sociedade*. Como disse um deles, quando perguntado se venderia a sua terra movendo-se mais para longe: “Depois desses anos de sacrifícios, agora que isto aqui é *Brasil* eu não vou me meter de novo dentro do mato.”

Ao mesmo tempo que se sentem ameaçados pelo futuro, são também esperançosos em relação a ele, sobretudo a camada superior do campesinato. E assim parece que a sua resistência contra as usurpações tende a aumentar juntamente com o sentimento de que se trata de *interferências que vão contra uma trajetória social naturalmente ascendente*. A resistência armada contra o *cativeiro* (e não apenas a fuga) é claramente mencionada, pois sentem que agora têm mais pelo que lutar. O fato de a maioria ter conseguido um título sobre as suas terras (coisa que jamais lhes havia acontecido antes no Maranhão) é, obviamente, um de terminante importante da sua disposição, além das possibilidades de comercialização da produção. O mesmo, aliás, poderia ser dito dos ex-moradores tornados camponeses no Nordeste, que se por um lado são ameaçados em sua posse, por outro lado mantém no presente essa posse, o que traz uma certa analogia com a situação do campesinato de *fronteira*, variando em grau entre as duas regiões e dentro de cada região a ameaça mais imediata à sua reprodução enquanto camponês. A propósito, pode-se observar que se entre esses ex-moradores em determinados contextos, surge um equivalente à idealização do passado por parte dos moradores que é a apresentação das condições ideais em que julgariam positivo ser moradores, por outro lado em outros contextos contrastam a sua situação de *libertos* com o *cativeiro* do engenho (Sigaud, a sair *a* e *b*).

Tudo isso, é claro, representa apenas uma tendência, que coexiste com a mais tradicional dos camponeses marginais; embora essa última, com o seu horror à expropriação e à proletarização, não seja inteiramente oposta à formação de uma verdadeira perspectiva camponesa numa situação nova. Mas para isso se desenvolver e tornar-se dominante terá de haver tempo para que o campesinato ganhe uma estabilidade relativa. Isso depende do próprio capitalismo autoritário dar-lhes uma garantia inicial. Aparentemente para muitos camponeses essa garantia não será dada. Mas como dissemos antes, o capitalismo autoritário, para parte do campo brasileiro, sobretudo em áreas de *fronteira*, não parece ter alternativa, a não ser, a longo prazo, a criação de um caos patológico.

É impossível, no entanto, saber se essa garantia mais plena surgirá como o resultado da ascensão de uma contra-elite ao governo devido às disputas entre as diferentes facções burocráticas (civis e militares) – que de alguma maneira refletem os conflitos sociais que são reprimidos na sociedade civil – ou se uma certa generalização e explosão de tensões já existentes será necessária. Nesse último caso, apesar das aparências, devido ao vácuo que basicamente ainda caracteriza a organização da sociedade civil e das suas diferentes classes, uma tal irrupção não servirá para derrubar o sistema, mas apenas como mais uma maneira de forçá-lo a desenvolver a sua própria lógica com ou sem uma mudança de regime.

Seja como for, somente após um certo tempo necessário para o seu amadurecimento é que esse campesinato poderá desempenhar um papel mais radical: quando as usurpações persistentes por parte da *Besta-Fera* do capitalismo autoritário encontrarem a tendência contraditória do campesinato no sentido de um capitalismo de base suficientemente fortalecida para oferecer-lhe resistência. A importância objetiva desse papel na sociedade como um todo, no entanto, dependerá do peso que a *fronteira* e os seus equivalentes funcionais (entre os quais devem se incluir aqueles que surgem através da própria ação política, alterando trajetórias) adquirirão e as possibilidades daí derivadas que o campesinato terá de influenciar as massas rurais como um todo. É importante reafirmar, a propósito, que a própria noção de trajetória social ascendente a que demos tanta importância não deve ser entendida em termos economicistas. Se por um lado, as condições “objetivas” como a *fronteira*, a favorecem, não se deve esquecer o poder da própria *ação política*, disseminando hegemonias, incorporando estilos de luta diferentes característicos de outras trajetórias sociais (*jacqueries*, banditismo social etc.) e alterando as trajetórias (e com elas a consciência social) pela modificação do quadro social que lhes dá o sentido.

O resultado final disso tudo dependerá em última análise do desenvolvimento análogo de outras forças sociais novas no sistema que, como o campesinato, são produto do capitalismo e cujo desenvolvimento tende a preencher o vácuo social cuja existência tanto levou a quanto permitiu o seu caráter autoritário. Todavia, nesse momento tardio não é provável que o capitalismo possa sobreviver mudando a sua face e

prescindindo do autoritarismo⁷, particularmente porque o próprio capitalismo monopolista internacional, através de uma rota diferente (devido, nesse caso, ao superdesenvolvimento das forças de produção), parece tornar-se também crescentemente autoritário.

Resta saber quem adquirirá a hegemonia inicial sobre as massas rurais: uma camada culaque de posição ambígua e que teria de mudar uma hegemonia baseada na patronagem para uma hegemonia radical; ou uma camada intermediária capaz de manter a sua independência em relação aos culaques. De qualquer maneira, é bom notar que a própria definição dessas camadas sociais não pode se dar em termos estritamente econômicos e sincrônicos, questões que vão além como a da autonomia e da trajetória (bem como os obstáculos a ela opostos) fazendo parte das diferenciações socialmente relevantes.

Tudo isso pode servir como uma defesa inesperada de algumas das idéias de Frederick Jackson Turner sobre os efeitos democráticos da *fronteira* sobre uma sociedade, embora radicalmente reinterpretadas. Isso, no entanto, não deve levar-nos a uma nova reificação da *fronteira*: é a trajetória social ascendente de indivíduos e classes e os limites impostos a essa ascensão que parece crucial. Deve-se também evitar qualquer economicismo que vincule mecanicamente posição socioeconômica e atitude política. Não só a trajetória é crucial, mas essa pode ser alterada politicamente, e as ideologias de grupos, partidos e classes, dependendo de situações concretas, podem espalhar a sua influência. Em última análise, é a disputa pela hegemonia que decide o futuro das sociedades humanas. Nessa disputa, a existência de uma massa de pequenos produtores que não seja apenas um resquício de épocas passadas aumenta a possibilidade da classe trabalhadora não ser isolada e do fascismo não coroar o desenvolvimento do capitalismo autoritário como a solução última para as suas próprias contradições.

⁷ Isso não significa dizer que o regime autoritário como tal continuará a ser absolutamente necessário para o capitalismo autoritário. Qualquer predição nesse sentido é no momento bastante difícil de ser feita.

Mudança histórica

Algumas das principais categorias que viemos utilizando no decorrer deste trabalho não estão plenamente desenvolvidas como conceitos. Isso certamente se deriva da ausência de uma teoria da autonomia da instância política devidamente estabelecida. Todavia, uma certa aparência de frouxidão pode também vir da tradição arraigada entre os marxistas de tentar derivar todo conceito mecanicamente da instância econômica e de desconfiar de qualquer outro procedimento.

Muitos marxistas, por exemplo, tendem implícita ou explicitamente a ver o Estado capitalista como sendo necessariamente um agente *direto* da burguesia. Esperamos que este trabalho possa ajudar a mostrar a existência de outras possibilidades, das quais deriva a importância primordial de se vir a examinar em detalhe a burocracia governamental, sobretudo (mas não exclusivamente), da burocracia militar⁸. Nesta nota final faremos apenas algumas considerações sobre o destino das sociedades que experimentam o capitalismo autoritário.

Vale a pena mencionar que até agora tem sistematicamente acontecido que tanto o fascismo quanto o seu contrário embora este último também em sua forma autoritária “subdesenvolvida” – têm se apresentado como possibilidades históricas reais *simultaneamente e em contextos capitalistas autoritários*, em consequência das tensões despertadas pelo seu desenvolvimento. Deve-se distinguir a emergência do próprio capitalismo autoritário, que é consequência de um vácuo social, das tensões posteriores e eventual impasse produzidos pelo preenchimento desse vácuo no interior de um enquadramento autoritário⁹. Essas tensões e impasse não têm

⁸ Uma perspectiva comparativa indica que a predominância dos militares não é uma condição necessária do capitalismo autoritário, pertencendo ao domínio das circunstâncias empíricas de cada formação. Outro aspecto de importância desse mesmo domínio a ser analisado serão as formas pelas quais se dá a articulação entre a burocracia e a burguesia e entre os diversos setores de ambas.

⁹ Ideólogos como Azevedo Amaral (1938) e Monte Arrais (1938) já haviam percebido no anos 30 a diferença entre regimes autoritários como o Estado Novo (e por extensão o atual regime brasileiro) e o fascismo. Viam que o fascismo totalitário era primariamente “repressor” das forças sociais vivas já criadas pelo desenvolvimento capitalista, ao passo que o Estado Novo tinha que “estimular” forças novas, ao mesmo tempo preenchendo o “vazio” criado pela sua ausência (Amaral, 1938: 171-173). O que não se preocupavam em chamar a atenção era que essas diferenças não só eram relativas, mas tinham a ver com momentos

ocorrido nem em formações capitalistas burguesas avançadas, nem em formações puramente “pré-capitalistas”. Quando essa confrontação se dá, pode levar a um disfarce temporário do autoritarismo devido a um certo equilíbrio de forças – como na República de Weimar, que é o exemplo clássico – mas o autoritarismo ainda está presente, por debaixo da superfície dos acontecimentos.

Essa visão do processo opõe-se assim à ideia de uma evolução unilinear gradativa até a superação do capitalismo. Tentamos indicar a possibilidade de um campesinato em desenvolvimento influenciar o curso de eventos conflitantes, certamente apoiando aquilo que já foi denominado um “partido dos assalariados”, mas a nosso ver com um peso maior nessa composição de forças do que no Brasil uma visão a partir do pólo urbano-industrial do Centro-Sul em geral se dá conta. À medida em que o capitalismo monopolista se “subdesenvolve” no sentido do autoritarismo, o que foi dito aqui pode se tornar em termos amplos aplicável aos próprios países capitalistas avançados através de “equivalentes funcionais” do campesinato (tais como minorias raciais), que adquiririam então um papel político mais claro (Kuper, 1972).

Os Estados Unidos e a Rússia representaram duas versões extremas e opostas do desenvolvimento capitalista, embora alguns elementos básicos estivessem presentes em ambos os casos. O exame de ambos parece sugerir

diferentes no desenvolvimento do capitalismo autoritário. Um dos cientistas sociais brasileiros que melhor evitou depois de 1964 a hipnose do autoritarismo de Estado e tem acentuado a importância e possibilidade de uma presença mais ativa e democrática da “sociedade civil” é Fernando Henrique Cardoso (Cardoso, 1972). Na verdade a sua ressurreição da noção de “sociedade civil”, contanto que os conflitos de classe no seu seio não sejam esquecidos, é uma contribuição importante para o despertar de uma discussão já travada nos anos 30 no Brasil sobre a dicotomia básica, e não necessariamente idealista, entre Estado e sociedade (e que, aliás, lembra a problemática do “asiatismo” tal como se apresentava nas discussões políticas russas do começo do século). Cardoso não explicita, no entanto, o caráter político em última análise autoritário do desenvolvimento capitalista em países “atrasados” e em consequência não chega a colocar uma intervenção de massas efetiva como estando ligada a um processo que leva a uma mudança no próprio modo de produção dominante e não apenas no modo de desenvolvimento capitalista. Neste trabalho temos sugerido que estes e outros problemas (tal como a clássica questão do “centralismo”) podem ser repensados em termos das articulações entre o político e o econômico, o que *não é* o mesmo que Estado e sociedade, já que o político e o econômico (e as suas articulações) podem ser captados não só na relação Estado-sociedade, como também internamente ao próprio “Estado” e à “sociedade”.

a primeira vista como vimos na primeira parte deste trabalho – que quanto mais nos aproximamos de um tipo de desenvolvimento democrático-burguês, mais “perto” se chega, devido a uma descontinuidade com formas de organização anteriores que entravariam o progresso social, de uma passagem a um novo modo de produção. Todavia, essa “proximidade” é meramente tipológica e concretamente ilusória, porque de fato garante o maior *espaço* – econômico, político, ideológico – para o desenvolvimento capitalista. Após a sua fase mais militante e revolucionária o sistema tenderá a refluir e a se fechar sobre si mesmo, mas quanto maior a distância a que foi inicialmente jogada a “rede”, mais tempo levará para que isto aconteça.

A tensão ideal para a passagem à dominância de um novo modo de produção parece ocorrer exatamente naqueles casos paradoxais de desenvolvimento desigual extremo onde se dá a aproximação do autoritarismo, o tipo oposto, porém com forças subordinadas dinâmicas que puxam na direção contrária; de tal maneira que a realização de uma aliança com uma classe operária organizada (ela mesma um fator necessário mas não suficiente), pode permitir a superação dessa contradição. Todavia, se o autoritarismo é capaz de estabelecer uma hegemonia sobre camadas intermediárias declinantes temerosas de prescindir dele, pode cristalizar-se sob a forma política do fascismo.

Tudo isso coloca desafios importantes para as forças democráticas do ponto de vista da ação política que não cabe aqui tentar analisar. Assinale-se apenas, para além da flexibilidade tática indiscutivelmente necessária, o risco sempre presente de abrir-se mão da autonomia política e da busca de uma hegemonia. Por um lado isso pode se dar por apostar-se demasiadamente nas convicções democráticas da burguesia e na possibilidade de um capitalismo burguês tornar-se dominante num contexto autoritário. Por outro lado, pode se dever à colocação do nacionalismo, do estatismo ou mesmo do estabelecimento de um estado de direito no cerne da estratégia política, perdendo-se assim a perspectiva de classe e aderindo-se na prática ao capitalismo autoritário, ao invés de buscar aproveitar-se das contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento¹⁰.

¹⁰ Na primeira parte deste trabalho já nos referimos ao primeiro fenômeno, de que o comportamento menchevique é o protótipo histórico. Em relação ao segundo, vale a pena lembrar que também não é um fenômeno novo. Sempre parece ter havido uma forte

Essas considerações são apenas um desdobramento lógico do que se discutiu neste trabalho e que se poderia tentar desenvolver. Todavia, deve valer a pena mencionar como observação final que é exatamente a existência de tais alternativas extremas e opostas (mesmo quando não plenamente desenvolvidas) que faz da vivência de um capitalismo autoritário uma experiência tensionante, porém cheia de possibilidades.

tendência para essa forma de “oportunismo” e no caso clássico da Alemanha, Marx, particularmente em suas cartas a Kugelmann, já havia denunciado as inclinações de Lassale na direção de Bismarck. Esses “desvios” podem se manifestar em capitalismo autoritários predominantemente cosmopolitas, nacionalistas ou mesmo pré-nacionalistas. A propósito, é bom que se diga só ser lícito falar em “fases” do desenvolvimento capitalista autoritário *a posteriori*, como no caso do Brasil. Pode acontecer em países “atrasados” (possivelmente na maioria) que o ciclo capitalista autoritário não se complete. Isso devido ao reflexo de dificuldades homogeneizadoras do próprio sistema capitalista como um todo combinado com dificuldades específicas de cada formação (por exemplo pressões particularmente fortes do imperialismo em face dos recursos mobilizáveis); ou então devido à passagem à dominância de um novo modo de produção com sua história própria.